

MENSAGEM Nº 443

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de abril de 2025.

Brasília, 9 de Abril de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 548/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Estado do Brunei Darussalam.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 25/04/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

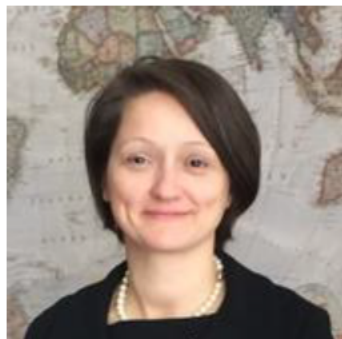


A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6598787** e o código CRC **C24E009B** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DANIELLA ORTEGA DE PAIVA MENEZES

CPF. **informações pessoais**

ID.: **informações pessoais**

1971 Nasce no **informações pessoais**, em **informações pessoais**

Dados Acadêmicos:

1994	Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1998	Programa de Formação e Aperfeiçoamento (PROFA – I) do Instituto Rio Branco
2005	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) do Instituto Rio Branco
2007	Mestrado em Direito Internacional Público (LLM), pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
2011	Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com apresentação da tese "A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: A Posição Chinesa."

Cargos:

1996	Terceira-secretária
2002	Segunda-secretária
2006	Primeira-secretária, por merecimento
2010	Conselheira, por merecimento
2015	Ministra de segunda classe, por merecimento
2023	Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1998-2003	Departamento do Serviço Exterior, assistente e assessora.
2001	Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, terceira-secretária em missão transitória
2003-07	Embaixada do Brasil em Londres, segunda-secretária e primeira-secretária
2007-10	Embaixada do Brasil em Pequim, primeira-secretária
2010-14	Embaixada do Brasil em Yangon, primeira-secretária, conselheira comissionada ministra-conselheira e encarregada de negócios a.i.
2014-16	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
2016-18	Embaixada do Brasil em Singapura, ministra-conselheira
2018-22	Embaixada do Brasil em Berlim, ministra-conselheira
2022-23	Secretaria de Oriente Médio, Europa e África, chefe de gabinete
2023-	Departamento do Serviço Exterior, diretora

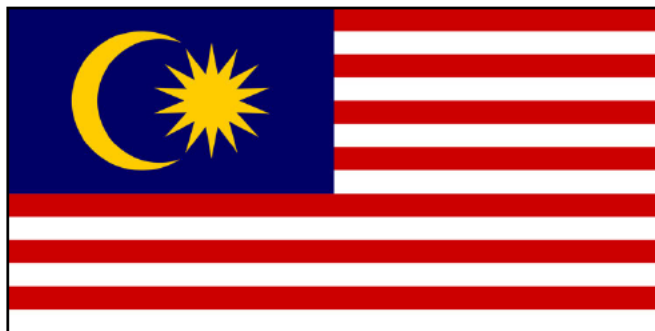
Condecorações

2019	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
------	-------------------------------------

DADOS BÁSICOS SOBRE A MALÁSIA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MALÁSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2025

Nome Oficial:	Malásia
Gentílico:	Malásio (a)
Capital:	Kuala Lumpur
Área:	329,847 mil km²
População:	33,7 milhões
Línguas oficiais:	Malaio (oficial)
Principais religiões:	Islamismo (61%, oficial); budismo (20%); cristianismo (9%); hinduísmo (6%); outras (2%)
Sistema de governo:	Monarquia constitucional federal
Poder Legislativo:	Bicameral: Assembleia Nacional, composta por 70 membros, 44 nomeados pelo rei e 26 indiretamente eleitos, com mandatos de 3 anos; e Assembleia Popular, composta por 222 assentos, diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
Chefe de estado:	Sultão Ibrahim Ibni Almarhum Sultan Iskandar (desde 31/01/2024)
Chefe de governo:	Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim (desde 24/11/2022)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Mohamad bin Hasan (desde 12/12/2023)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 439,75 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 1,37 trilhão
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 13.140
PIB <i>PPP per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 41.020
Variação do PIB (FMI):	8,9% (2022); 3,6% (2023); 4,8% (2024); 4,4% (2025, est)
IDH (2021, PNUD)	0,803 (62ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2024)	US\$ 5,86 bilhões (+5,9%)
Saldo da balança comercial (2024)	Superávit de US\$ 2,75 bilhões
Total exportações brasileiras (2024)	US\$ 4,30 bilhões (+5,9%); 17º destino
Principais produtos exportados	Minério de ferro (37%); óleos brutos de petróleo (28%); açúcares e melaço (18%); algodão (3,0%); e milho (2,6%).
Total importações brasileiras (2024)	US\$ 1,55 bilhão (+5,9%); 29ª origem
Principais produtos importados	Componentes eletrônicos (20%); pneus de borracha (7,7%); equipamentos de telecomunicações (6,6%); e máquinas de processamento de dados (4,6%)
Investimentos do Brasil na Malásia	Vale (terminal logístico) e WEG (subsidiária para a venda de motores nos países da ASEAN e na Ásia como um todo)
Investimentos da Malásia no Brasil	Petronas (produção de lubrificantes e aquisição de campos de petróleo na Bacia de Campos), Sapura Energy e Yinson.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor ou em negociação.
Alfabetização (2019):	93,7%
Índice de desemprego (2023, FMI):	3,6%
Unidade monetária:	Ringgit
Embaixador em Brasília:	Aguarda designação
Embaixador em Kuala Lumpur:	Embaixadora designada Daniella Ortega de Paiva Menezes
Brasileiros no país:	Pouco mais de 420 brasileiros residentes

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)									
Brasil → Malásia	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025¹
Intercâmbio	3.366,4	3.924,1	4.096,7	4.373,0	6.428,2	5.461,3	5.535,2	5.863,1	1.126,2
Exportações	1.829,6	2.489,6	2.827,9	3.202,7	4.689,4	3.841,8	4.066,5	4.307,4	756,0
Importações	1.536,8	1.434,5	1.268,7	1.170,3	1.738,8	1.519,5	1.468,7	1.555,7	370,2
Saldo	292,8	1.055,1	1.559,2	2.032,4	2.950,6	2.322,3	2.597,8	2.751,7	385,8

1. Dados até março

APRESENTAÇÃO

A Malásia situa-se no Sudeste Asiático, com território dividido entre o sul da Península Malaia e o norte da Ilha de Bornéu. Sua atual conformação remonta à fusão, em 1963, da Federação Malaia, que unia monarquias malaias da península que se tornaram independentes da Grã-Bretanha, em 1957, com Singapura, Sabah (então Bornéu do Norte) e Sarawak, duas ex-colônias britânicas na ilha de Bornéu. Em 1965, tensões políticas culminaram na expulsão de Singapura e formação da atual Malásia entre os territórios remanescentes.

Embora multiétnica, a Malásia é país de maioria muçulmana e tem o islamismo como religião oficial. Apresenta elevados níveis de crescimento econômico há décadas, com grande abertura comercial e integração às cadeias globais de valor. Juntamente com Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, integra a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), agrupamento com ampla rede de acordos comerciais – tanto regionais, firmados conjuntamente pelo bloco com terceiros, quanto bilaterais, firmados por seus membros individualmente. Tem, ainda, atuação destacada nas relações internacionais da região.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sultão Ibrahim ibni Almarhum Sultan Iskandar

Chefe de Estado

Título original: *XVI Yang di-Pertuan Agong*



Nascido em 22 de novembro de 1958, tem ascendência malaia-britânica. Seu pai era o sultão Iskandar ibni Almarhum Sultan Ismail. Estudou na "Fletcher School of Law and Diplomacy", em Boston, e em academias militares na Malásia e nos Estados Unidos. Ascendeu ao trono do estado de Johor em janeiro de 2010 e foi coroado em março de 2015. É um dos mais ricos empresários da Malásia, com negócios nos setores de imóveis, telecomunicações e geração de energia.

Assumiu como rei da Malásia, em 31 de janeiro de 2024 - a Malásia possui peculiar sistema de monarquia rotativa e eletiva, pela qual os nove sultões escolhem entre si, com base em costumes locais, quem será o próximo rei do país, pelo prazo de 5 anos.

Anwar Ibrahim
Primeiro-Ministro



Nascido em 1947, Anwar Ibrahim possui longo histórico na vida política. É considerado reformador moderado, com propostas progressistas e laicas. Durante o governo do primeiro-ministro Mahathir Mohamad (1981-2003), foi vice-primeiro-ministro entre 1993 e 1998, além de exercer diversos cargos ministeriais. Foi ministro da Cultura, Juventude e Esportes (1983-1984), da Agricultura (1984-1986), da Educação (1986-1991) e das Finanças (1991-1998).

Em razão de acusações de corrupção e de conduta contra os costumes, Anwar Ibrahim esteve preso entre 1999 e 2004 e, posteriormente, entre 2015 e 2018, tendo sido libertado por meio de perdão do rei da Malásia. Foi, ainda, líder da oposição de 2008 a 2015 e de 2020 a 2022. Sua esposa, Wan Azizah binti Wan Ismail, foi vice-primeira-ministra entre 2018 e 2020, durante nova gestão do primeiro-ministro Mahathir Mohamad. Tomou posse como primeiro-ministro em 24 de novembro de 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama Geral

As relações entre o Brasil e a Malásia foram estabelecidas em 1959, dois anos após a independência do país. Em 1981, foram abertas as embaixadas em Brasília e em Kuala Lumpur. As relações, tradicionalmente amparadas na vertente econômico-comercial, tem-se adensado politicamente nos últimos anos.

Do lado brasileiro, a única visita de chefe de Estado foi a do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Do lado malásio, o ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad esteve no Brasil em três oportunidades - 1991, 1992 (para a Rio 92) e 2003. Em novembro de 2024, o primeiro-ministro Anwar Ibrahim esteve no Rio de Janeiro para participar, como convidado, da Cúpula do G20. Na ocasião em encontro bilateral, estendeu convite ao Sr. PR para participar, como convidado da presidência da Malásia, na Cúpula da ASEAN, a realizar-se em outubro de 2025. Os dois líderes haviam mantido contato telefônico em janeiro de 2024.

O ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou a Malásia em agosto de 2024, quando foi recebido pelo primeiro-ministro Anwar Ibrahim e se reuniu com seu homólogo, Mohamad Hasan. O ministro da Agricultura da Malásia, Mohamad Sabu, visitou o Brasil em agosto de 2024, quando manteve encontro com o ministro da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro.

Brasil e Malásia mantêm mecanismo de interlocução política regular: o Mecanismo de Consultas Políticas, cuja primeira reunião foi realizada em setembro de 2024; e a Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2022.

A Malásia sobressai como liderança no Sudeste Asiático e no mundo islâmico, com postura não-alinhada e pragmática. Em janeiro de 2025, passou a integrar o BRICS, na condição de “país parceiro”.

Cooperação em Meio Ambiente e Mudança do Clima

Identifica-se grande convergência de posições entre os dois países, com apoio malásio a diversas iniciativas brasileiras. A potencial centralidade de meio ambiente e mudança do clima para a relação bilateral evidencia-se na Declaração Conjunta adotada após encontro entre os chanceleres à margem da COP-28, em dezembro de 2023, em Dubai.

Dentre as iniciativas envolvendo os dois países, destacam-se: a adesão da Malásia ao Comunicado "Unidos por Nossas Florestas"; o encontro entre ministros de Meio Ambiente à margem da COP 28, em dezembro de 2023; o convite da presidência do Brasil do G20 para participação da Malásia na Iniciativa sobre Bioenergia (GIB) e no Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática (ECSWG); o apoio da Malásia à iniciativa brasileira "Tropical Forest Forever Facility" (TFFF); e encontro entre os ministros do Meio Ambiente à margem da COP 16 (Biodiversidade) em Cali, em outubro de 2024.

Cooperação em Semicondutores

A possibilidade de desenvolver parcerias no setor de semicondutores foi suscitada pelo Sr. Presidente da República durante conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim, em fevereiro de 2024. O tema também foi objeto dos encontros entre o chanceler Mauro Vieira e o primeiro-ministro malásio, em agosto de 2024, e entre o Sr. PR e o primeiro-ministro malásio, às margens da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro último.

No âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação, o Brasil participou com estande próprio na feira SEMICON SEA, em ação que facilitou a atração dos atores brasileiros do ecossistema de semicondutores. A delegação brasileira foi integrada por membros do governo, do setor privado e de instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) e da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI).

Em novembro de 2024, foram celebrados memorandos de entendimento com entidades malásias, envolvendo a Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (ABISEMI) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) com a MSIA ("Malaysia Semiconductor Industry Association"); e entre o Instituto Eldorado e o MIMOS, agência malásia de pesquisa e desenvolvimento em semicondutores.

Cooperação Técnica

O Brasil apresentou, em setembro de 2024, minuta preliminar de Acordo Básico de Cooperação Técnica, iniciando processo de negociação de texto-base para a cooperação técnica bilateral. A Malásia já indicou interesse em receber cooperação em áreas como coco, soja, milho e aquicultura. No caso de

aquicultura, foi realizada missão técnica de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação em abril de 2024.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Malásia é estimada em 500 nacionais. A maioria dos brasileiros residentes na Malásia atua nos setores de energia e mineração (Petronas e Vale) e esportivo (técnicos e jogadores de futebol).

O Brasil possui, além do setor consular da Embaixada em Kuala Lumpur, Consulado Honorário em George Town, com jurisdição sobre os estados de Penang e Kedah. Há registro de um nacional detido na Malásia pelo tráfico de entorpecentes.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Malásia é uma monarquia constitucional federada. O rei é escolhido por rodízio entre os soberanos de nove dos treze estados malásios, para mandato de cinco anos. O atual chefe de estado assumiu em 31/01/2024.

O Parlamento é bicameral, constituído pela Assembleia Popular, com 222 assentos, eleitos por voto distrital para mandatos de cinco anos, e Assembleia Nacional, com 44 membros indicados pelo Rei e 26 eleitos pelas assembleias estaduais, para mandato de três anos, com uma reeleição. A última eleição geral ocorreu em novembro de 2022.

Desde a independência em 1957 até 2018, a Malásia era governada por coalizões, cujo partido dominante era a Organização Nacional dos Malaios Unidos (UMNO). Nas eleições de maio de 2018, contudo, o partido sofreu inédita derrota para o recém-criado Partido Nativo Unido Malásio (*Bersatu*), tendo assumido o cargo de primeiro-ministro o veterano Mahathir Mohamad, que já desempenhara a função entre 1981 e 2003.

Desde então, houve uma série de renúncias e trocas de primeiros-ministros. Mahathir Mohamad renunciou em fevereiro de 2020. Pouco mais de um ano após assumir, Muhyiddin Yassin (*Bersatu*) renunciou em agosto 2021, tendo assumido o ministro da defesa e vice-primeiro-ministro, Ismail Sabri (UMNO).

Em outubro de 2022, Ismail Sabri anunciou a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições-gerais, com a expectativa de reforçar a posição da

UMNO. A coalização governista foi somente a 3ª mais votada. Em 24 de novembro de 2022, foi confirmado como primeiro-ministro o líder da oposição, Anwar Ibrahim.

Anwar Ibrahim, político experiente, esteve preso por duas vezes em razão de acusações de corrupção e de conduta contra os costumes, entre 1999 e 2004 e, posteriormente, entre 2015 e 2018, tendo sido libertado por meio de perdão real.

Desde agosto de 2022, o ex-primeiro-ministro Najib Razak (2009-2018) cumpre pena de 12 anos de prisão por corrupção. Razak foi o primeiro ex-mandatário a ser condenado e preso. Em março de 2023, foi a vez do ex-primeiro-ministro Muhyiddin Yassin (2020-2021) ser preso e indiciado por crimes envolvendo abuso de poder e lavagem de dinheiro.

Sociedade e Religião

A Malásia é país multiétnico de maioria muçulmana, onde o islamismo é religião oficial. De acordo com a constituição do país, os integrantes da etnia malaia são muçulmanos natos, e o nascimento ou a conversão à fé islâmica são legalmente irreversíveis.

A lei islâmica e o sistema legal civil coexistem, de acordo com a constituição do país. A organização e a instauração dos processos civis e islâmicos são constitucionalmente objeto da jurisdição federal e estadual. Cortes civis têm jurisdição sobre todos os cidadãos, enquanto as cortes islâmicas têm jurisdição apenas sobre as pessoas que professam a religião islâmica.

O país adota, desde 1971, medidas de ação afirmativa em favor dos malaio que, apesar de maioria, respondiam por parcela minoritária da renda nacional. Ainda hoje permanecem debates acerca da manutenção das medidas que favorecem os malaio, sobretudo por parte da população de etnia chinesa. A etnia malaia continua a dispor de diversas facilidades, a exemplo de tratamento preferencial para a obtenção de empregos no serviço público, vagas em universidades públicas e taxas de financiamento imobiliário.

POLÍTICA EXTERNA

Linhas gerais

As grandes linhas da política externa da Malásia são a ênfase no multilateralismo e no regionalismo; a defesa da solidariedade muçulmana; o

não-alinhamento; e a adoção de postura pragmática nos relacionamentos bilaterais. Igualmente, o comércio é um de seus principais vetores, dada sua localização estratégica no estreito de Málaca e sua importância para a economia do país.

A Malásia é membro fundador da ASEAN e ocupou por quatro vezes assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (a última das quais no biênio 2015-2016), além de ser membro ativo da Organização Marítima Internacional e da *Commonwealth of Nations*.

O país solidariza-se fortemente com a luta pela independência do povo palestino e condena a ocupação de territórios por Israel, país com o qual não mantém relações diplomáticas. Igualmente, há forte participação na Organização de Cooperação Islâmica (OCI) e no D8, mecanismo de concertação entre países islâmicos em desenvolvimento (Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia).

Política Externa: Relações Bilaterais

A China é a principal parceira comercial e a principal fonte de IEDs da Malásia. Cerca de 23% da população malásia é de origem chinesa, incluindo boa parte da elite econômica do país. Os dois países possuem Parceria Estratégica Abrangente desde 2013. Apesar disso, a Malásia não se furta a protestar quando há violação de seu mar territorial ou espaço aéreo no Mar do Sul da China. No entanto, é tida como “demandante silenciosa”, em contraste às posturas mais vocais de Filipinas e Vietnã.

Os Estados Unidos são o terceiro maior parceiro comercial da Malásia e o segundo maior investidor no país. Washington mantém importante programa de parceria com Kuala Lumpur na área de defesa, por meio de cursos de treinamento nos EUA e da realização de exercícios militares conjuntos. Apesar da importância das relações com os EUA, há preocupação do governo malásio em não parecer condescendente em relação a Washington, especialmente em relação ao conflito entre Israel e Palestina.

Singapura é o segundo maior parceiro comercial da Malásia. A interconectividade entre os dois países é vital para a Malásia e para boa parte da população e da economia do estado de Johor, o mais rico do país. Divergências referentes a espaço aéreo, águas territoriais e uso de recursos compartilhados têm sido tratadas de maneira pacífica. São frequentes as trocas de visitas de alto nível entre autoridades dos dois países.

Austrália e Malásia mantêm Parceria Estratégica Abrangente, estabelecida em 2021. Destaca-se o papel da educação e da segurança alimentar, dado o grande intercâmbio de estudantes e a função da Austrália como importante fornecedor de carnes e produtos agrícolas à Malásia. A relação, no entanto, não está imune a desconfortos, a exemplo da parceria AUKUS, integrada pela Austrália e criticada pela Malásia.

Indonésia e Malásia mantêm significativos vínculos culturais e históricos, além de importante parceria comercial e de investimentos. Apesar das frequentes visitas de alto nível, alguns pontos de discordância permanecem, como as condições de trabalho de funcionários domésticos indonésios na Malásia e desentendimentos fronteiriços menores.

Conflito em Gaza

A Malásia mantém posição de amplo apoio à causa palestina. Para a elite política do país, em sua maior parte de etnia malaia e de religião muçulmana, a defesa da Palestina constitui pauta inegociável. O tema é sensível na política interna do país. Além disso, a Malásia é liderança importante na Organização para a Cooperação Islâmica (OCI).

O país sustenta que os palestinos têm o direito de viver em Estado com fronteiras internacionalmente reconhecidas, baseadas nos limites anteriores a 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. A Malásia não mantém relações diplomáticas com Israel e reitera, em diversas oportunidades, críticas às ações daquele país, denunciando sua "política de apartheid e expropriação".

O Ministério de Relações Exteriores da Malásia saudou, em janeiro de 2024, decisão do governo sul-africano de iniciar procedimento perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) em razão de supostas violações cometidas por Israel às obrigações assumidas no contexto da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948.

O PM Anwar Ibrahim elogiou a posição do Brasil sobre a situação na Palestina e defendeu que o Brasil fosse convidado a participar de reunião extraordinária da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) sobre o conflito em Gaza. Anwar Ibrahim disse à época ser favorável à ideia de estender convite para tal reunião a "like-minded countries" de fora do mundo islâmico.

Iniciativa AUKUS

A Malásia mantém postura crítica à AUKUS desde seu lançamento em setembro de 2021. À época, o então chanceler da Malásia, Saifuddin Abdullah, convocou, simultaneamente, o embaixador dos Estados Unidos e os altos comissários de Austrália e do Reino Unido para prestarem explicações. O então primeiro-ministro Ismail Sabri manteve conversa telefônica com o então primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, a respeito do tema.

Em comunicado de março de 2023 a respeito da Declaração de Líderes do AUKUS, a Malásia manteve sua postura crítica ao pacto, que promoveria a militarização do Sudeste Asiático. A nota da chancelaria local instou as partes envolvidas a evitarem provocações que poderiam desencadear uma corrida armamentista e afetar a paz e a segurança. O país entende que o acordo gera instabilidade desnecessária no Sudeste Asiático por promover a militarização da região, além de antagonizar diretamente os EUA com a China, principal parceiro econômico-comercial de Kuala Lumpur.

A referida nota reitera a posição malásia e conclama todos os países envolvidos a cumprirem o regime legal malásio que disciplina a operação de submarinos de propulsão nuclear em águas locais, citando, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático e a Declaração da ASEAN sobre a Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desenvolvimento Econômico

A Malásia, nas últimas três décadas, transformou-se de produtor de commodities em importante exportador de bens e serviços de maior valor agregado, em processo de industrialização que combinou atração de investimentos e políticas orientadas para exportação.

A Malásia é um dos maiores exportadores mundiais de eletroeletrônicos, item que corresponde a 40% de suas exportações. Seis das doze maiores companhias multinacionais do setor estão instaladas no país. Nos últimos anos, a Intel anunciou investimentos de US\$7 bilhões na expansão de suas operações no país (2021), e, em 2023, a Texas Instruments anunciou plano para a expansão de suas operações, de cerca de US\$ 3,1 bilhões.

Atualmente, a Malásia é importante exportador global de semicondutores e ponto nodal da cadeia de valor mundial de chips. O desenvolvimento da

indústria no país da década de 1970. A indústria presente é focada nas etapas de montagem e testes da cadeia de suprimentos, porém a política de ciência, tecnologia e inovação da Malásia busca ativamente aproveitar as capacidades existentes para alcançar a fronteira da tecnologia no setor, inclusive o design, fabricação e testes de chips avançados.

Petróleo e óleo de palma

Há cerca de 3.500 empresas de petróleo e gás na Malásia, locais e estrangeiras. A estatal petrolífera Petronas é uma das vinte mais importantes do mundo e é a segunda maior fonte de recursos do governo malásio, responsável por 15% do PIB e 20,7% da receita total do governo. Está em construção empreendimento conjunto entre a Petronas e a Saudi Aramco, com objetivo de dobrar a capacidade de refino do país e aumentar as exportações de petróleo.

A Malásia é o segundo maior produtor mundial de óleo de palma, produto que pode ser usado tanto para alimentação humana, quanto para combustível. Ao longo das últimas cinco décadas, o setor foi responsável por elevar à classe média aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Lei antidesmatamento da União Europeia

A principal preocupação diz respeito a uma nova data de corte pelos europeus para avaliação do desmatamento com fins de produção de commodities, que atualmente é 31 de dezembro de 2020. A Malásia, juntamente com a Indonésia, tem buscado liderar as discussões em Bruxelas entre os países que serão mais duramente afetados pela nova legislação. Foi criada uma força-tarefa “ad hoc” trilateral (composta por representantes de Malásia, Indonésia e Comissão Europeia) sobre o regulamento antidesmatamento da UE, cuja primeira reunião teve lugar em Jacarta, em 4 de agosto de 2023.

Em 7 de setembro de 2023, foi encaminhada carta conjunta de 17 países em desenvolvimento a respeito da entrada em vigor, em 29 de junho, da chamada "lei antidesmatamento" da União Europeia ("EU Deforestation Regulation"). O Brasil é um dos países signatários desta carta endereçada às principais autoridades da União Europeia, incluindo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o então presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Certificação *halal*

A Malásia tem investido fortemente na criação de “ecossistema” de certificação islâmica, com vistas a tornar-se padrão internacional. O país busca firmar-se, ainda, como centro mundial de finanças islâmicas, já sendo origem da maior parte dos títulos islâmicos (*sukuk*) emitidos no mundo. Nesse contexto, o governo malásio tem organizado anualmente, desde 2005, o *World Islamic Economic Forum*, em diferentes países.

Inserção na Economia Global e Comércio Exterior

A Malásia tornou-se país altamente inserido na cadeia global de suprimentos (seu comércio exterior correspondeu em 2024 a cerca de 132% de seu PIB nominal). Em 2022, passou a fazer parte plenamente da Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) e da Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP), dois dos mais importantes acordos de livre-comércio da atualidade.

Participa, ainda, de instrumentos regionais de livre-comércio: o Acordo de Livre-Comércio da ASEAN e acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. O país mantém, ainda, acordos de livre-comércio com Austrália, Chile, Índia, Japão, Nova Zelândia, Paquistão e Turquia. Recentemente, o país finalizou as negociações de Acordo de Livre Comércio com os Emirados Árabes Unidos.

A Malásia registrou, em 2024, fluxo comercial de cerca de US\$ 650 bilhões (alta de 9,2% em relação a 2023), com um superávit de cerca de US\$ 31 bilhões -o país é superavitário desde 1998. Dados oficiais registraram exportações recordes de US\$ 340 bilhões e importações de US\$ 309 bilhões. A pauta exportadora do país possui como destaque o setor de eletroeletrônicos (quase 40% do total), seguido de petróleo; óleo de palma e maquinário.

Os principais destinos das exportações malásias foram Singapura (US\$ 52 bilhões); EUA (US\$45 bilhões); China (US\$45 bilhões); Hong Kong (US\$20 bilhões); Japão (US\$19 bilhões); e Taiwan (US\$15 bilhões).

As principais origens das importações malásias foram China (US\$67 bilhões); Singapura (US\$37 bilhões); EUA (US\$28 bilhões); Taiwan (US\$25 bilhões) e Japão (US\$16 bilhões).

Brasil: Comércio

O intercâmbio bilateral entre Brasil e Malásia tem crescido com intensidade desde 2018. Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 5,86 bilhões

(+5,9%), com exportações de US\$ 4,3 bilhões (+5,9%) e superávit brasileiro de US\$ 2,75 bilhões. A pauta exportadora brasileira foi composta por minério de ferro (37%), óleos brutos de petróleo (28%), açúcares e melaços (18%), algodão (3%) e milho (2,6%). As importações brasileiras foram principalmente de bens industrializados, como circuitos eletrônicos (20%), pneus de borracha (7,7%), máquinas de processamento de dados (4,6%) e máquinas e aparelhos elétricos (4,3%).

O Brasil exportou mais para a Malásia do que para Portugal, Reino Unido ou França. O saldo brasileiro com a Malásia foi o 9º maior do país no mundo.

Produtos do agronegócio

A venda de carnes *halal* brasileiras revela grande potencial, uma vez que a Malásia busca tornar-se *hub* para os Estados-Membros da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e para as diásporas muçulmanas ao redor do mundo, e o fato de o Brasil ser o principal exportador de carne *halal* do mundo.

Produtos ligados à cadeia do agronegócio têm representado cerca de 30% da pauta exportadora total do Brasil para a Malásia - em 2024, as vendas do agronegócio atingiram US\$ 1,27 bilhão, sendo o açúcar responsável por mais de 50% das exportações agrícolas brasileiras.

O setor de produtos alimentícios, no entanto, enfrenta dificuldades, geralmente decorrentes de barreiras de natureza não-tarifária, como as quotas de importação e a não habilitação de estabelecimentos exportadores. Atualmente, o Brasil possui somente quatro plantas autorizadas a exportar partes de frango *halal* para a Malásia, em um mercado de grande potencial ainda inexplorado. No final de 2024, foi criada a adidância agrícola junto à Embaixada em Kuala Lumpur.

Produtos de defesa

Outro setor de grande relevância na relação comercial bilateral é o de produtos de defesa. Em linha com sua orientação de país não-alinhado, sucessivos governos malásios têm adotado uma política de diversificação de fornecedores de material militar. O Ministério da Defesa da Malásia adquiriu, em 2002 e 2007, duas baterias do Sistema Astros II, produzido pela brasileira Avibrás. A necessária modernização, pelo país asiático, de sua frota de aeronaves de transporte, de patrulha marítima e patrulha de fronteiras terrestres poderá oferecer, igualmente, oportunidades para a Embraer, nos próximos anos.

Brasil: Investimentos

Entre os investimentos malásios no Brasil, destaca-se o setor de óleo e gás. A Petronas é a sétima maior produtora de óleo e gás e a quinta maior fabricante de lubrificantes no Brasil. A Sapura Energy tem investimentos de US\$ 1 bilhão no setor de petróleo e gás. A Yinson Production (YP) produz petróleo na bacia de Campos - estimam-se investimentos da empresa no Brasil de cerca de US\$ 4 bilhões. Recentemente, a Yinson adquiriu dois projetos de geração eólica no Ceará, que somam 486 MW de potência.

Pelo lado brasileiro, destacam-se operações da Vale na Malásia. O porto de Lumut hospeda o Terminal Marítimo de Teluk Rubiah, centro de distribuição de minério de ferro inaugurado pela Vale em 2014, e operado com exclusividade pela empresa brasileira. Lumut abriga centro de estocagem e “mistura” de minério para distribuição na Malásia e na China, assim como em demais mercados asiáticos, como Tailândia, Japão, Coreia, Taiwan e Singapura. A planta é um dos principais pontos logísticos para a empresa brasileira na Ásia e representa o maior investimento latino-americano na Malásia, com custo inicial de US\$ 1,4 bilhão. A WEG mantém subsidiária no país, com cerca de 40 funcionários, para a venda de motores nos países da ASEAN e da Ásia como um todo. Na Malásia, os principais produtos vendidos pela WEG são motores elétricos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1942-45	Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.
1946	Fundação da Organização Nacional dos Malaio Unidos (UMNO), que permaneceria no poder do país desde a independência até 2018.
1948	Territórios malaio sob dominação britânica são unificados sob o nome de Federação Malaia.
1948-60	Estado de emergência é instalado contra insurgência comunista local.
1957	A Federação Malaia declara independência do domínio britânico.
1963	Colônias britânicas de Sabah, Sarawak e Singapura se juntam à Federação Malaia e formam a Federação da Malásia.
1965	Singapura é separada da Federação da Malásia.
1969	Sérios episódios de violência étnica entre chineses e malaio.
1970	Tun Abdul Razak torna-se primeiro-ministro; formação da Frente Nacional (<i>Barisan Nasional</i> – BN).
1971	Governo introduz política de quotas para malaio em diversos setores da sociedade, tais como negócios, educação e serviço público.
1977	Expulsão do ministro-chefe (governador) de Kelantan do Partido Pan-Islâmico da Malásia (PAS) resulta na expulsão do PAS da Frente Nacional.
1978-79	Refugiados vietnamitas recebem asilo político irrestrito.
1981	Mahatir Mohamad torna-se primeiro-ministro.
1989	Comunistas insurgentes assinam acordo de paz com o governo malásio.
1993	Sultões perdem sua imunidade legal.
1997	Crise financeira na Ásia finaliza décadas seguidas de crescimento econômico no país.
1998	Vice-primeiro-ministro Anwar Ibrahim é demitido por Mahatir Mohamad e é preso acusado de crime de costumes, tendo como pano de fundo divergências entre os dois mandatários sobre a condução da política econômica do país.
2000	Ibrahim é considerado culpado por crime de costumes e sentenciado a nove anos de prisão, que são acrescidos à sentença de 6 anos por corrupção, ocorrida em julgamento controverso de 1999.
2001	Dezenas de pessoas são presas durante o embate étnico entre malaio e

	indianos.
2002	Nova legislação contra a imigração ilegal prevê açoitamento e prisão para ofensores. As novas leis provocam êxodo em massa de trabalhadores estrangeiros.
2003	Mahatir Mohamad deixa o cargo de primeiro-ministro após 22 anos e é substituído por Abdullah Badawi.
2004	Primeiro-ministro Badawi vence as eleições gerais e permanece como primeiro-ministro. Libertação de Anwar Ibrahim, após reversão da sentença de 2000. Tsunami atinge o Sudeste Asiático. A deportação de milhares de trabalhadores, em sua maioria indonésios, é suspensa.
2005	Trabalhadores ilegais recebem prazo de quatro meses de anistia para sair do país.
2006	Enchentes deslocam 60.000 pessoas no sul do país.
2007	Novas enchentes no sul do país provocam a evacuação de cerca de 70.000 pessoas. Falha a tentativa de Anwar Ibrahim de voltar à cena política (maio). Avançam as negociações entre parceiros da Malásia, Indonésia e Arábia Saudita de construir oleoduto de 310 km pelo estreito de Málaca para transporte de petróleo cru (maio).
2008	A coalizão governista BN tem o pior resultado em eleições em décadas, com a perda da maioria parlamentar de dois terços (março). O líder oposicionista Anwar Ibrahim é preso sob nova acusação de crime de costumes, o que aumenta as tensões políticas (julho).
2009	Badawi é substituído por seu vice, Najib Razak (abril).
2010	Crescem tensões religiosas após decisão judicial que permite não-muçulmanos usarem a palavra "Allah" (janeiro).
2011	Após grandes protestos em Kuala Lumpur (<i>Bersih 2.0</i>), primeiro-ministro anuncia criação de Comissão Parlamentar sobre reforma eleitoral (agosto).
2013	Tropas da Malásia atacam invasores filipinos em Bornéu, após confrontos locais deixarem cerca de 30 mortos (março). Eleições gerais mantêm no poder a coalização BN. Oposição, que obteve crescimento eleitoral, alega fraude (maio).
2014	Desaparecimento do voo MH370 da Malaysia Airlines (março). Outro voo da Malaysia, MH17, é abatido sobre a Ucrânia (julho).
2015	Ganham corpo investigações sobre o escândalo de corrupção envolvendo a estatal <i>1Malaysia Development Berhad</i> (1MDB). PM

	acusado de apropriar-se de recursos da estatal. Ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad reforça sua oposição a Najib, seu antigo aliado político.
2016	Ex-primeiro-ministro Mahathir Mohamad, ex-vice-primeiro-ministro Muhyiddin Yassin, entre outros ex-líderes da UMNO, fundam o Partido Nativo Unido Malásio (<i>Bersatu</i>), oposicionista.
2018	Aliança entre Mahathir Mohamad e o antigo adversário político Anwar Ibrahim, ainda na prisão, é decisiva ao resultar na inédita derrota da UMNO. Mahathir Mohamad assume como primeiro-ministro, sob o compromisso de transferir seu mandato para Anwar Ibrahim, após dois anos. Anwar recebe perdão real (maio) e é eleito deputado (outubro).
2019	Malásia submete pedido para estender os limites de sua plataforma continental além das 200 milhas, na Comissão sobre o tema (dezembro).
2020	Impasse político na coalizão governista (<i>Pakatan Harapan</i>) resulta na renúncia do veterano primeiro-ministro Mahathir Mohamad (fevereiro).
2020	O primeiro-ministro Muhyiddin Yassin forma nova coalizão e assume o cargo de primeiro-ministro da Malásia (março).
2021	Fragilidade da coalizão governista leva à renúncia do primeiro-ministro Muhyiddin Yassin (julho).
2021	Ismail Sabri, ministro da Defesa e vice-primeiro-ministro, consegue formar estreita maioria e assume como primeiro-ministro. Após três anos, a UMNO volta ao poder (agosto).
2022	O primeiro-ministro Ismail Sabri anuncia a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições gerais, com vistas a fortalecer a posição da UMNO. A coalizão da UMNO é apenas a terceira mais votada. O maior vencedor é o partido radical islâmico PAS (outubro).
2022	A coalizão PH (<i>Pakatan Harapan</i>), segunda mais votada nas eleições, costura a formação de gabinete liderado pelo primeiro-ministro Anwar Ibrahim, que assume em 24/11/2022.
2025	A Malásia assume a presidência rotativa da ASEAN

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Malásia
1981	Abertura da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur e da Embaixada da Malásia em Brasília
1991	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad
1992	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad, por ocasião da Rio-92
1995	Visita à Malásia do presidente Fernando Henrique Cardoso
1996	Visita do chanceler Luís Felipe Lampreia à Malásia
2000	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Syed Hamid Albar
2001	Visita ao Brasil do ministro da Defesa da Malásia, Najib Razak
2003	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Mahathir Mohamad
2005	Visita ao Brasil do comandante das Forças Armadas da Malásia
2006	Visita ao Brasil do comandante da Força Aérea da Malásia, general Nik Ismail bin Nik Mohamed, por ocasião da feira LAAD
2008	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Rais Yatim, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN
2010	Visita à Malásia do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho
2011	Visita ao Brasil do ministro dos Transportes, Kong Choo Há, e do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Richard Riot Jaem
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente, Douglas Uggah Embas, por ocasião da Rio+20
2015	Visita ao Brasil da ministra das Mulheres, Família e Desenvolvimento Comunitário, Rohani Abdul Karim, para participar da Cúpula Mundial das Mulheres
2016	Visita ao Brasil do ministro da Juventude e dos Esportes, Khairy Jamaluddin Abu Bakar, como convidado dos Jogos Olímpicos
2016	Visita à Malásia do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi
2017	Criação de mecanismo de consultas políticas

2017	Visita à Malásia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira
2018	Lançamento, em Kuala Lumpur, do Conselho Empresarial Malásia-Brasil
2019	Abertura do mercado malásio para a exportação brasileira de bovinos vivos
2019	Petronas adquire, junto à Petrobras, 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde e do módulo III do campo de Espadarte
2019	Visita do Ministro do Comércio Internacional e Indústria (MITI) da Malásia, Sr. Darell Leiking, ocasião em que é assinado o Termo de Referência para a Comissão Mista Bilateral
2019	Comemoração dos 60 anos de relações diplomáticas
2019	Em leilão da ANP, a estatal malásia arremata três blocos na Bacia de Campos – dois em consórcio e o outro sozinha (outubro).
2019	O Brasil torna-se o maior destino de investimentos diretos malásios no exterior, em 2019
2022	Visita do enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô (setembro)
2022	Missão empresarial DPR-ApexBrasil visita Kuala Lumpur (setembro)
2022	Realizada a I Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia (setembro).
2023	Visita do S-SEASP a Kuala Lumpur (maio).
2023	Encontro entre o chanceler Mauro Vieira e seu homólogo , Zambry Abdul Kadir, à margem da COP-28, em Dubai (novembro)
2023	Encontro entre a ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e o ministro de Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental da Malásia, Nik Nazmi, à margem da COP-28, em Dubai (novembro)
2024	Presidente Lula mantém conversa telefônica com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim (fevereiro)
2024	Visita à Malásia do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (agosto)
2024	Visita ao Brasil do primeiro-ministro, Anwar Ibrahim, para participar, como convidado, da Cúpula do G20. Na ocasião, mantém encontro bilateral com o Sr. PR (novembro)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo para o Estabelecimento de um Escritório para Fins Comerciais na Cidade de São Paulo, entre República Federativa do Brasil e Federação da Malásia	15/10/1981	15/10/1981	29/10/1981
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além	18/12/1995	30/10/1996	31/10/1996
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Serviços Aéreos entre os seus Respectivos Territórios e Além	18/12/1995	06/08/1998	06/10/1998
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia	26/04/1996	15/12/1998	16/12/1998
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia relativo a Isenção Parcial de Exigência de Vistos	26/04/1996	28/10/1997	30/10/1997
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia sobre Cooperação Científica e Tecnológica	20/01/1996	-	Em ratificação pela outra parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BRUNEI DARUSSALAM



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE BRUNEI DARUSSALAM	
Nome Oficial:	Estado do Brunei Darussalam
Gentílico:	Bruneíno
Capital:	Bandar Seri Begawan
Área:	5.765 km ² - equivalente ao Distrito Federal
População:	456 mil (2024) – o dobro da população do Plano Piloto
Línguas oficiais:	Malaio (oficial)
Principais religiões:	A religião oficial do estado é o Islã, mas outros credos religiosos são tolerados. Estima-se que 82% da população seja muçulmana.
Sistema de governo:	Sultanato
Poder Legislativo:	Unicameral: Conselho Legislativo (<i>Majlis Mesyuarat Negara Brunei</i>), composto por 36 assentos, e membros nomeados pelo sultão. Função exclusivamente consultiva.
Chefe de Estado e de governo	Sultão Hassanal Bolkiah (desde 5 de outubro de 1967)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Sultão Hassanal Bolkiah (passou a acumular a função desde 22 de outubro de 2015)
PIB nominal (2024 FMI):	USD 16,7 bilhões (Brasil: USD 2,31 trilhões)
PIB PPP (2024 FMI):	USD 33,4 bilhões (Brasil: USD 4,89 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2024 FMI):	USD 37.020 (Brasil: USD 10.820)
PIB PPP <i>per capita</i> (2024 FMI):	USD 95.040 (Brasil: USD 22.930)
Variação do PIB (FMI):	2,4% (2024); 1,4% (2023); -1,6% (2022); -1,6% (2021).
IDH (2022, PNUD)	0,823 (55ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2024)	USD 89,4 milhões (+455%)
Saldo da balança comercial (2024)	Déficit de USD 83,2 milhões
Total exportações brasileiras (2024)	USD 3,1 milhões (+416%)
Principais produtos exportados	Geradores elétricos giratórios e suas partes (70%); calçados (14%); despojos comestíveis de carne (12%)
Total importações brasileiras (2024)	USD 86,3 milhões (456%)
Principais produtos importados	Outros hidrocarbonetos (99,6%).
Investimentos de Brunei Darussalam no Brasil	Não há registro recente de investimentos bruneíno no Brasil.
Investimentos do Brasil em Brunei Darussalam	Não há registro.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor ou em negociação, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2022, PNUD):	74,55 anos
Alfabetização (2021):	97,6%
Índice de desemprego (2024, FMI):	4,9%
Unidade monetária:	Dólar de Brunei
Embaixador em Brasília:	O Alto Comissariado do Brunei Darussalam em Ottawa responde cumulativamente pelas relações com o Brasil. Atualmente, posto está vago.
Embaixador brasileiro (cumulatividade Kuala Lumpur)	Embaixadora designada Daniella Ortega de Paiva Menezes
Brasileiros no país:	Sem registros.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – USD milhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Brunei	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 ¹
Intercâmbio	0,93	1,18	1,82	0,85	1,2	21,31	16,13	89,4	12,6
Exportações	0,74	0,91	1,92	0,74	1,12	0,85	0,63	3,1	0,2
Importações	0,19	0,27	0,1	0,11	0,08	20,46	15,5	86,3	12,4
Saldo	0,55	0,64	1,82	0,63	1,04	-19,61	-14,87	-83,2	-12,2

1. Dados até março de 2025.

APRESENTAÇÃO

O Brunei Darussalam situa-se na Ilha de Bornéu, com área de pouco mais de 5.700 km² e fronteira terrestre com o estado malásio de Sarawak. Possui população de cerca de 450 mil pessoas. Apesar de sua pequena dimensão, detém o segundo maior PIB *per capita* do Sudeste Asiático, atrás apenas de Singapura, graças às exportações de petróleo e gás. É classificado como país desenvolvido e tem o segundo maior IDH dos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), imediatamente após Singapura.

Com base na renda gerada pelo petróleo, o governo mantém políticas que asseguram bom nível de vida à população, por meio de subsídios, amplo fornecimento de serviços públicos básicos e baixa carga tributária. Em anos recentes, o Brunei tem buscado diversificar sua economia, por meio de investimentos nos setores petroquímico, financeiro e de turismo.

Politicamente, o regime é fechado, porém estável. Apesar de o país contar com uma constituição, o sultão governa por decreto desde a independência do Reino Unido, em 1984. Coroado em 1967, o atual sultão, Hassanal Bolkiah, um dos chefes de estado mais ricos do mundo, é o monarca há mais tempo no poder no planeta.

PERFIL BIOGRÁFICO

Sultão Hassanal Bolkiah

*Sultão do Brunei, Primeiro-Ministro,
Ministro da Defesa, Ministro das Finanças
e Ministro dos Negócios Estrangeiros*



Nasceu em 15 de julho de 1946, na capital do Brunei, Bandar Seri Begawan. Foi coroado em 1967, aos 22 anos, quando o país ainda era um protetorado. Nessa condição, liderou as negociações com o governo britânico durante o processo de independência, entre 1978 e 1984.

Recebeu treinamento como oficial da Real Academia Militar Britânica de Sandhurst, no Reino Unido, entre 1966 e 1967, sendo habilitado a pilotar aviões e helicópteros.

Passou a acumular as funções de primeiro-ministro e de ministro das Finanças em 1984; a de ministro da Defesa e comandante em chefe das Forças Armadas bruneínas, em 1986; e a de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2015.

Erywan Pehin Yusof
Ministro dos Negócios Estrangeiros II



É mestre em Genética pela Universidade de Swansea. Trabalhou no setor de Agricultura da ASEAN entre 1994 e 2005, tendo posteriormente assumido o cargo na área de Comércio Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brunei Darussalam.

Participou das negociações do Acordo de Parceria Económica Brunei-Japão e do Acordo de Livre-Comércio ASEAN-Austrália-Nova Zelândia, concluído em 2007. Ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros II do Brunei Darussalam desde 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Brunei em 1984. As relações bilaterais são cordiais, porém pouco densas. Não há ainda acordos bilaterais, e os contatos políticos são esporádicos, ocorrendo sobretudo à margem de foros multilaterais. O embaixador brasileiro residente em Kuala Lumpur é acreditado junto ao governo bruneíno, ao passo que o alto comissário (embaixador) do Brunei no Canadá representa seu país junto ao Brasil, na condição de embaixador não-residente.

A última visita de alto nível bruneína ao Brasil ocorreu em 2018, quando o ministro do Desenvolvimento do Brunei, dato seri Suhaimi Gafaar, chefiou a delegação do país no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília. Em junho de 2012, esteve no Brasil o ministro de Energia do Brunei, Yasmin Umar, para participar da Conferência Rio+20. O príncipe Mohamed Bolkiah, então ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio do Brunei, visitou o Brasil em 2007, por ocasião da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

A última visita bilateral ocorreu em agosto de 2023, quando o então embaixador do Brasil em Kuala Lumpur entregou suas cartas credenciais ao sultão de Brunei. Na ocasião, agradeceu o apoio de Brunei para que o Brasil se tornasse Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN, processo iniciado sob a presidência bruneína da ASEAN em 2021. Durante a visita à capital bruneína, o embaixador manteve reuniões com autoridades da chancelaria e de outros ministérios do país. Nelas, manifestou o interesse brasileiro em retomar as negociações de um Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais e ouviu do lado bruneíno interesse em dialogar sobre certificação *halal*, especialmente com vistas à importação de carne de aves.

Em fevereiro de 2023, o então embaixador brasileiro havia estado em Bandar Seri Begawan para fazer entrega das insígnias e do diploma da Ordem de Rio Branco ao segundo ministro dos Negócios Estrangeiros de Brunei Darussalam, dato seri Erywan Pehin Yusof. A outorga da honraria decorreu do papel que se reputa ao Brunei pelo apoio ao estabelecimento da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.

Em 2013, a então subsecretária-geral política II havia visitado o Brunei com vistas a discutir temas da agenda bilateral e fazer gestões relativas à

candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Comércio exterior

O fluxo comercial entre Brasil e Brunei apresentava-se bastante modesto até o ano de 2021, com pequenos superávits em favor do Brasil. A partir de 2022, os fluxos elevaram-se, tendo atingido USD 89,4 milhões em 2024, impulsionados pelo significativo aumento das importações brasileiras de hidrocarbonetos bruneíno, no total de USD 86,3 milhões. Em 2024, Brunei foi a 82ª maior origem de importações brasileiras, salto de 14 posições comparado a 2023. A pauta exportadora brasileira em 2024 (USD 3,1 milhões) foi composta por 70% de geradores elétricos giratórios e suas partes, 14% de calçados e 12% de despojos comestíveis de carne.

Investimentos

De acordo com o Banco Central do Brasil, há registro de ingresso de investimento direto bruneíno no Brasil, em 2008, no valor de USD 8,83 milhões. Daqueles investimentos, 69% (USD 6 milhões) foram direcionados para atividades imobiliárias e o restante para *holdings* de instituições não-financeiras.

Expansão das exportações “halal”

Em contato com o embaixador brasileiro em Kuala Lumpur, autoridades bruneínas manifestaram interesse em expandir as importações de carne bovina e de frango brasileiras. Atualmente, Brunei importa esses produtos principalmente da Austrália e da Índia. A expansão das exportações é limitada, no entanto, pelas estritas regras da certificação “halal”. O país exige, para avaliar o quesito “halal”, a presença física de um técnico bruneíno em todas as fases de produção.

Acordo de Cooperação Técnica

Por iniciativa brasileira, iniciaram-se, em 2011, negociações para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Brunei. A mais recente minuta brasileira ao acordo foi enviada em novembro de 2024.

Durante reunião com o então embaixador do Brasil, em fevereiro de 2023, dato Erywan Pehin Yusof deixou transparecer, informalmente, interesse bruneíno em receber cooperação esportiva, principalmente em futebol. Há histórico de cooperação na área datando de 2011, no âmbito da FOCALAL, quando o Brunei enviou ao Brasil dois técnicos de futebol para participar de

curso do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, em parceria com a Federação Paulista de Futebol.

Mecanismo de Consultas Políticas

Brunei Darussalam é o único país da ASEAN com o qual o Brasil não possui mecanismo de consultas bilaterais. Minuta de memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas bilaterais entre Brasil e Brunei Darussalam foi proposta pelo Brasil em 2011, com negociações estando em curso desde então. O Brasil estuda envio de nova contraproposta no futuro próximo.

Assuntos Consulares

A assistência a brasileiros no Brunei é prestada pela Embaixada em Kuala Lumpur, Malásia (cumulatividade). Não há registro de brasileiros vivendo no país, ou de brasileiros presos. Tampouco há consulados itinerantes ou consulados honorários do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Brunei Darussalam foi protetorado do Reino Unido até 1984, ano em que se tornou independente. A ampla maioria da população é de etnia malaia e professa a fé islâmica. O sultão Hassanal Bolkiah, coroado em 1968, acumula os cargos de chefe de estado e de governo, além de ministro da Defesa, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. O Sultanato vive em estado de emergência desde 1962, quando as eleições foram anuladas após a vitória de partido de esquerda (PRB, Partido Popular do Brunei), hoje banido.

O país segue o que denomina de ideologia da “Monarquia Islâmica Malaia”, promulgada em 1984 e fundada na língua malaia e sua cultura tradicional, além de sua interpretação da religião muçulmana.

Nos termos da constituição bruneína de 1959, o sultão possui autoridade executiva plena e conta com cinco conselhos consultivos: o Conselho Privado, o Conselho Legislativo, o Conselho Religioso, o Conselho de Ministros e o Conselho de Sucessão.

Suspenso em 1984, o Conselho Legislativo foi restabelecido em 2004, por curto período, tendo sido novamente dissolvido em 2005 e, posteriormente,

recriado. Atualmente, o Conselho conta com 36 membros: o próprio sultão, o príncipe-herdeiro, 14 ministros e 20 membros designados pelo chefe de estado e de governo bruneíno. Cinco de seus membros são eleitos indiretamente por conselhos distritais. Analisa, entre outros temas, aqueles afetos ao orçamento e a políticas nacionais de desenvolvimento.

Há apenas um partido político legal, o Partido Nacional do Desenvolvimento, registrado em 2005. Na prática, a vida partidária é pouco dinâmica. De oposição, o Partido Nacional Democrático do Brunei (PKDB), formado em 1985, foi dissolvido em 1988 por suposta inadequação à legislação.

A Justiça bruneína tem composição mista, na qual coexistem cortes civis e islâmicas. Casos religiosos têm, como segunda instância, o Conselho Religioso, ao passo que matéria civil é revisada pela Corte de Apelações. Em 2013, o país anunciou que planejava introduzir novo código penal baseado na sharia. As regras foram finalmente implementadas em 2019, sob intensas críticas internacionais. O Brunei foi o primeiro país do Sudeste Asiático a adotar a sharia em nível nacional.

A ausência de contestação ao Sultanato tem grande relação com os benefícios custeados pela exploração do petróleo. Estão em vigor políticas de subsídio à moradia e à alimentação, baseada no arroz, além de amplo acesso a serviços de saúde e educação. Não há impostos sobre a renda pessoal ou sobre ganho de capital.

POLÍTICA EXTERNA

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ocupa papel de destaque na política externa do Brunei. O país integra a Associação desde sua independência, em 1984, e exerceu a presidência rotativa do bloco em 2021. Juntamente com outros membros (Malásia, Indonésia e Filipinas) faz parte da Área de Crescimento do Leste da ASEAN (*East ASEAN Growth Area*, BIMP-EAGA) subgrupo criado em 1994, com ênfase na promoção de comércio e investimentos.

O Brunei participa também de diversos outros fóruns e organizações multilaterais, como a ONU, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), a Cúpula da Ásia do Leste (EAS), o Fórum de Cooperação América

Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a Comunidade das Nações (*Commonwealth*).

Na esfera bilateral, merecem destaque as relações com os países de seu entorno (da Ásia do Leste, em geral, e da ASEAN, em particular); países de maioria muçulmana; e com o Reino Unido, do qual foi protetorado até 1984.

As relações bruneínas com a Malásia são prioritárias, uma vez que a Malásia é o único país com o qual o Brunei tem fronteira terrestre. Em 2009, os dois países firmaram acordo para encerrar todas as disputas territoriais marítimas bilaterais. Estabeleceu-se, ainda, termos para a partilha da produção de petróleo na região antes litigiosa. A exploração é realizada por meio da estatal malaia, Petronas, e o *Brunei National Unitisation Secretariat*. Estão em curso, ainda, trabalho de demarcação da fronteira terrestre, objeto de disputa em razão do distrito de Limbang, controlado pelo estado malásio de Sarawak. Também está em construção a *Trans-Borneo Highway*, que conectará a Malásia ao Brunei por via terrestre a partir de 2028.

São igualmente estreitas as relações entre o Brunei e Singapura, sobretudo em defesa, por meio do treinamento de soldados e uso do território bruneíno para atividades; e em finanças. O dólar do Brunei mantém paridade com o dólar singapurense.

Destaca-se, nos últimos anos, a intensificação das relações do Brunei com a China. Em 2018, os dois países elevaram suas relações ao nível de parceria estratégica cooperativa e firmaram memorando de entendimento sobre a participação do Brunei na Iniciativa Cinturão e Rota. Os vínculos econômicos são crescentes, sobretudo por meio do substantivo influxo de investimentos chineses em áreas como infraestrutura e refino de petróleo. A China investiu USD 12,5 bilhões no projeto petroquímico de Brunei Hengyi, que tem previsão para se tornar operacional em 2029.

Os contatos políticos entre China e Brunei também têm-se tornado mais frequentes. Em fevereiro de 2025, o sultão de Brunei visitou a China. Na ocasião, tratou do desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países, com destaque para projetos de infraestrutura em transporte e energia sob a égide da Iniciativa Cinturão e Rota.

Em geral, a disputa de soberania entre China e Brunei Darussalam por áreas no Mar do Sul da China tem sido mantida em baixo perfil. Em julho de 2020, após série de ações levadas a cabo por Pequim – banimento unilateral de atividades pesqueiras, criação de territórios em áreas de litígio, entre outros –, o Sultanato emitiu declaração em que privilegia abordagem de dois passos sobre o

tema: (i) resolução bilateral de controvérsias, com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS); e (ii) finalização do Código de Conduta para a região, negociado entre a ASEAN e a China. Essas duas posições foram reiteradas em comunicado conjunto emitido após a visita do sultão bruneíno à China em 2025.

Sobressaem, ainda, as relações do sultanato com o Reino Unido – de que, conforme mencionado, foi protetorado até 1984 – e com os Estados Unidos. O Brunei mantém, com ambos, estreitas relações na área de defesa, que incluem exercícios militares conjuntos e a presença de oficiais britânicos no Brunei, para proteção de instalações petrolíferas.

O país integrou as negociações da Parceria Transpacífica (TPP) e, após a saída dos Estados Unidos das tratativas, firmou o Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP), seu sucedâneo, tendo o ratificado em 2023. O Brunei também integra a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), ratificado em 2021 e em vigor desde 2022.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Apesar de o Sultanato ter o menor PIB entre os países da ASEAN (USD 16,7 bilhões, em 2024), sua renda *per capita*, superior a USD 37 mil, é a segunda maior daquele bloco, atrás apenas de Singapura. Além disso, o IDH bruneíno é o segundo maior do bloco do Sudeste Asiático. Esses dados traduzem o amplo Estado de bem-estar social estabelecido pelo governo bruneíno com base nas rendas auferidas pelo setor de óleo e gás no país.

Há clara percepção das limitações do modelo fundamentado no setor de petróleo e gás, que corresponde a pouco mais de 50% da economia e 90% das exportações do país. A forte dependência do setor petrolífero torna o país suscetível às oscilações dos preços internacionais do petróleo.

A consciência quanto ao declínio das reservas domésticas de petróleo tem orientado esforço governamental de redução da dependência da renda de hidrocarbonetos. Em 2021, o governo bruneíno lançou o *Brunei Economic Blueprint*, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da economia nacional. O documento recomenda o fortalecimento de cinco setores prioritários para reduzir a dependência do setor de óleo e gás: setor petroquímico, alimentos, turismo, tecnologia da informação e comunicação (TIC) e serviços.

O governo emprega dois terços da população economicamente ativa, mas busca estimular o desenvolvimento da área privada: empresas estrangeiras dos setores alimentícios, petroquímicos, tecnologia da informação e parceiros para a construção de porto na Baía do Brunei. Grandes projetos em curso nas áreas de fertilizantes, por parte da alemã ThyssenKrupp, e de petroquímicos, por parte da chinesa Zhejiang Hengyi Group, entre outros, deverão auxiliar o país a diversificar seu produto interno bruto.

A política fiscal do Brunei é fortemente atrelada às flutuações das rendas do setor de óleo e gás. O país opera tradicionalmente um déficit fiscal significativo (cerca de 11,4% para o ano fiscal 2025/2026), que tende a se expandir em períodos de baixa dos preços de hidrocarbonetos. Os investimentos recentes em setores como petroquímicos e fertilizantes não têm sido suficientes para reverter o quadro fiscal do país.

O valor do dólar do Brunei está fixado em relação ao dólar de Singapura. Por essa razão, a Autoridade Monetária bruneína, criada em 2011, tem escopo limitado de atuação em termos de política monetária. A inflação no Brunei mantém-se em nível baixo, tendo-se registrado deflação de 0,4% em 2024.

Comércio Exterior

Como exportador significativo no setor de óleo e gás e um pequeno mercado doméstico, o Brunei costuma lograr superávits comerciais e na conta corrente do Balanço de Pagamentos. Em 2024, o superávit na conta corrente foi de 14% do PIB.

O comércio exterior do Brunei foi, em 2024, de USD 24,8 bilhões, valor estável em relação ao ano anterior. O superávit foi da ordem de USD 5,3 bilhões, aumento de 11% em relação a 2023. O aumento do superávit foi resultante da diminuição do valor de importações de USD 10 bilhões em 2023 para USD 9,7 bilhões em 2024. A Austrália foi o principal destino das exportações bruneínas (22,1%), seguido de Singapura (16,5%), China (15,3%), Coreia e Japão (7,5% cada). O principal fornecedor do país foi a Malásia (40,5%), à frente de Emirados Árabes Unidos (13,6%), China (6,7%) e Austrália (5,5%). Combustíveis (gás e petróleo cru) foram os principais componentes da pauta exportadora do Brunei (78%), seguido de produtos químicos (20%).

Os recursos provenientes das exportações de petróleo e gás natural são geridos por fundo soberano estabelecido em 1983, denominado Agência de Investimentos do Brunei (BIA). Estima-se que o Sultanato conte com investimentos no exterior da ordem de USD 40 bilhões, principalmente em

ativos nos setores imobiliário e de hotelaria, de produção de alimentos e de finanças islâmicas. Há pouca transparência quanto aos ativos da Agência.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século XV	O Sultanato islâmico do Brunei toma o controle da Ilha de Bornéu.
1521	Navegador espanhol Juan Sebastian del Cano visita o Brunei.
1841	Oficial britânico recebe do sultão do Brunei, como prêmio por ter ajudado a controlar uma guerra civil, o controle do estado de Sarawak.
1846	O Brunei cede a ilha de Labuan à Grã-Bretanha e assume o tamanho atual de seu território.
1849-1854	Britânicos expulsam piratas malaios que agiam na região entre Singapura e Bornéu.
1888	O Brunei se torna protetorado britânico.
1906	O Brunei passa a ser administrado por oficial inglês; o sultão ainda é a maior autoridade nominal.
1929	Começa a exploração de petróleo no Brunei.
1941-1945	O Japão ocupa o Brunei.
1950	Omar Ali Saifuddin III é nomeado sultão.
1959	Sultão Omar outorga a primeira constituição do país, que institui o islamismo como religião oficial e mantém a Grã-Bretanha como responsável pela Defesa e Relações Exteriores.
1962	Eleições legislativas são anuladas com a vitória da esquerda anti-sultanato; o sultão governa por decreto e adota estado de emergência, que permanece em vigor.
1963	O Brunei decide permanecer protetorado britânico e não se juntar à Federação da Malásia.
1967	Hassanal Bolkiah é nomeado sultão após a abdicação de seu pai, que permanece no governo como assessor-chefe.
1984	O Brunei torna-se independente; o Parlamento é fechado. O Brunei passa a integrar a ASEAN.
1985	O Governo legaliza o Partido Democrático Nacional do Brunei (BNDP).
1986	O Governo legaliza o Partido da Solidariedade Nacional do Brunei (BNSP).
1988	O Governo bane o BNDP e o BNSP.
1995	O Governo permite a atuação do BNSP, mas posteriormente invalida

	essa medida.
2000	Com vistas à diversificação da economia nacional, o governo do Brunei anuncia que manterá 25% da força de trabalho fora da indústria petrolífera.
2004	O Sultão Bolkiah reabre o Parlamento, após 20 anos de fechamento. O novo Parlamento tem 21 membros, indicados pelo sultão. Posteriormente, a Constituição recebe emenda, que permite a eleição direta de 15 dos 21 membros do parlamento seguinte, porém não é marcada data para a eleição.
2005	Reforma ministerial introduz novas personalidades e ministros com experiência no setor privado.
	O Partido do Desenvolvimento Nacional é registrado.
2007	O Brunei assina, com a Malásia e a Indonésia, declaração que acorda a conservação da floresta tropical de parte da Ilha de Bornéu.
2008	O príncipe Jefri Bolkiah é condenado à prisão por juízes britânicos, por violação à ordem do Tribunal de devolver bilhões de dólares ao governo do Brunei.
2010	O Brunei é considerado paraíso fiscal pela França.
	A Malásia e o Brunei iniciam exploração petrolífera conjunta de áreas fronteiriças que estavam em disputa desde 2003.
2014	O sultão inicia introdução de sistema penal baseado na <i>sharia</i> .
2018	O bruneíno Lim Jock Hoi assume a secretaria-geral da ASEAN, posto que ocuparia até 2023.
2019	Sistema penal baseado na <i>sharia</i> passa a vigorar plenamente.
2021	Mais recente exercício da presidência rotativa da ASEAN.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1984	Estabelecimento de relações diplomáticas (8 de junho).
2005	Embraer envia missão ao Brunei, para manter entendimentos com vistas à sua participação em concorrência para a compra de aviões de patrulha marítima.
	O Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro visita o Brunei, como enviado especial do presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2007	No âmbito da programação oficial do 61º aniversário do sultão Bolkiah, apresentação de grupo brasileiro de capoeira é organizado pelo embaixador não-residente do Brasil junto ao Brunei, na capital daquele país.
	Participação do príncipe Mohamed Bolkiah, ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília. Encontro com o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim.
2008	Lim Jock Hoi, secretário-geral da chancelaria, chefia a delegação bruneína na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2011	Visita do tenente-coronel M. D. Shafiee Bin Haji Duraman, por ocasião da LAAD 2011, no Rio de Janeiro.
	O Embaixador brasileiro participa da feira de defesa BRIDEX 2011 e encontra-se com o sultão e com o então Chanceler do Brunei.
	Subsecretário-geral de Assuntos Políticos-II mantém encontro bilateral com o segundo ministro dos Negócios Estrangeiros do Brunei, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL.
2012	Participação do ministro de Energia do Brunei, Yasmin Umar, na Conferência Rio+20.
2013	Visita da então subsecretária-geral Política II do MRE ao Brunei.
2014	Embaixadora do Brasil em Kuala Lumpur visita o Brunei com o objetivo de explorar oportunidades de comércio e investimentos.
2018	Visita do embaixador do Brasil em Kuala Lumpur ao Brunei, com vistas a manter encontros com autoridades das áreas de Negócios Estrangeiros; Defesa; Finanças; e Energia, Mão-de-obra e Indústria.
2018	Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento, dato seri Suhaimi

	Gafaar, como chefe de delegação de seu país no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília.
2023	Embaixador do Brasil em Kuala Lumpur visita o Brunei para impor as insígnias e diploma da Ordem de Rio Branco ao segundo ministro dos Negócios Estrangeiros, dato seri Erywan Pehin Yusof.

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos firmados entre os dois países.